

# Louis Althusser e G. A. Cohen: uma confrontação

GRAHAME LOCK\*

Durante as décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, o movimento operário marxista perdeu, gradativamente, terreno na maioria dos países do mundo ocidental. Apesar disso, o marxismo ainda reteve alguma influência entre os intelectuais desses países, uma influência proporcionalmente maior do que aquela exercida sobre a população como um todo e, mesmo em alguns casos, sobre a classe trabalhadora. Entretanto, nos anos 1970, a teoria marxista entrou no que Louis Althusser chamou de “crise”<sup>1</sup> – uma crise claramente ligada, mas não diretamente redutível, às crises mais ou menos simultâneas, não apenas do mencionado movimento operário marxista, mas também do conjunto dos movimentos dos trabalhadores. Essa crise se estendeu aos sindicatos e aos vários partidos trabalhistas e socialistas nacionais. Portanto, é um tanto paradoxal o fato de que talvez dois dos mais impressionantes feitos da filosofia marxista do pós-guerra – talvez mesmo de toda a história da filosofia marxista – foram desenvolvidos,

---

\* Professor do Queens’s College, Oxford, Inglaterra.

1 Ver Althusser (1978a). Com efeito, Althusser não foi o primeiro a usar essa expressão, mas deu a ela um novo significado. O artigo ao qual Lock se refere – “The Crises of Marxism” – foi, originalmente, publicado em italiano sob o título: “Finalmente qualcosa di vitale si libera dalla crisi e nella crisi del marxismo”. *Il Manifesto*, 16 de novembro de 1977. A referência em francês é: “Enfin la crise du marxisme!”. *Il Manifesto* (ed.), *Pouvoir et opposition dans les sociétés post-révolutionnaires*. Éditions du Seuil: Paris, 1978, p.242-53; republicado em *Solitude de Machiavel et autres textes* (sous la direction de Yves Sintomer). Paris: PUF (coll. “Actuel Marx confrontation”), 1998, p.267-80. A tradução do francês ao inglês é do próprio Grahame Lock e sua versão em inglês possui uma segunda publicação em: *Il Manifesto* (ed.), *Power and Opposition in Post-Revolutionary Societies*. London: Ink Links, 1979, p.225-37. (N. O.)

até certo ponto, simultaneamente ao amadurecimento dessa crise. Refiro-me aos trabalhos de Louis Althusser, na França, e de G. A. Cohen, na Inglaterra.

Procuro, no presente artigo,<sup>2</sup> confrontar certos aspectos centrais das suas respectivas doutrinas. Essa tentativa, por sua própria natureza – que reúne e compara obras de diferentes tipos, escritas em estilos marcadamente contrastantes e para públicos muito variados –, deixa de discutir grande parte do trabalho dos dois pensadores. Mas ela pode ajudar a esclarecer os principais aspectos daquilo que está em jogo – tanto explícita quanto tacitamente – em suas obras.

As principais teses apresentadas por Cohen, expostas em seu livro *Karl Marx's Theory of History: a Defense*,<sup>3</sup> já são bem conhecidas. Entretanto, devo enumerar algumas delas para, em seguida, estabelecer de forma clara um contraste com as proposições althusserianas equivalentes. Ignorarei, para os propósitos deste artigo, as posteriores precisões e retratações de Cohen, concernentes aos argumentos apresentados em seu livro.<sup>4</sup>

Cohen caracteriza seu objetivo da seguinte maneira: defender o materialismo histórico, oferecendo argumentos em seu favor (alguns dos quais foram ignorados mesmo por seus mais ardentes defensores), de modo a enfraquecer ou desarmar alguns dos instrumentos de ataque dos seus adversários. Esse objetivo deve ser atingido particularmente por meio de uma “apresentação da teoria [...] numa forma atraente” (Cohen, 1978, p.ix). Ao contrário da maioria dos marxistas recentes, Cohen defende em seu livro uma ortodoxia tradicional ou “antiquada”, a saber: os escritos do próprio Marx e, mais especificamente, no que concerne à exegese, o conhecido 1859 *Vorwort* [N.T.: “Prefácio de 1859”] à *Zur Kritik der Politischen Oekonomie* [N.T.: *Para uma crítica da economia política*]. Seu propósito é “organizar o pensamento de Marx” e, desse modo, apresentar uma versão “menos ambígua” das suas ideias. Porém, é precisamente essa última ambição, como vou sugerir, que se revela a mais problemática.

O marxismo que Cohen propõe – em um claro contraste, como se tornará evidente, com o de Althusser – é uma *explicação tecnológica da história*. Trata-se de um conceito, segundo o qual “a história é, fundamentalmente, o desenvolvimento do poder produtivo do homem”, na qual “formas sociais surgem e desaparecem conforme possibilitem ou impeçam esse crescimento” (Cohen, 1978, p.2). Para Cohen, a primazia explicativa é atribuída às forças produtivas. A tendência que elas possuem de se desenvolver ao longo da história é explicada em termos da situação histórica de escassez na qual o homem vive, juntamente com a posse de uma natureza racional e inteligente. Por sua vez, é o desenvolvimento das forças

---

2 O presente texto é produto de uma revisão de parte de um artigo publicado numa revista holandesa (*Acta Politica*, Meppel, n. 3, 1981).

3 Utilizei, na apresentação deste Dossiê, a versão em espanhol do livro de Cohen: *La teoría de la historia de Karl Marx: una defensa*. Madrid: Pablo Iglesias; Siglo XXI de España, 1986. Mantivemos, nesta tradução, as citações referentes à versão inglesa utilizada por Grahame Lock. (N. O.)

4 Ver, especialmente, Cohen (1983).

produtivas na história que explica o surgimento e o desaparecimento das estruturas econômicas (também conhecidas por “relações de produção”); e, finalmente, são essas últimas que explicam a natureza das superestruturas sociais. Por outro lado, as superestruturas sociais (ou seja, as instituições não econômicas) são consideradas “consolidadoras” das estruturas econômicas, enquanto essas estruturas estimulam – quando não impedem – a reprodução e/ou o desenvolvimento das forças produtivas.

Logo adiante falarei mais sobre esses temas. Antes, gostaria de fazer alguns comentários sobre a situação política e teórica, não tanto daquela na qual o livro foi escrito, mas do momento da sua recepção. Tratava-se de uma situação, como já notei anteriormente, que foi caracterizada como uma *crise do marxismo*, talvez provocada, ao menos parcialmente, pelos acontecimentos políticos, e que se refletiu no interior das organizações políticas pela hesitação ou renegação doutrinária – como, por exemplo, no abandono “emergencial” pelos partidos comunistas ocidentais de categorias centrais da doutrina marxista tradicional, como a da ditadura do proletariado.<sup>5</sup> Mas também realmente se tratou de uma crise teórica, uma crise no interior da teoria marxista: um momento no qual toda a estrutura parecia (e ainda parece) prestes a desmoronar. Com efeito, essa situação de crise não é uma matéria de debate público no mundo anglo-americano, certamente por razões relacionadas à fraqueza do seu movimento trabalhista marxista. De qualquer modo, o livro de Cohen não parece ter sido escrito em um contexto de crise. Em vez disso, ele foi escrito e recebido, até certo ponto, como, simplesmente, um tratado filosófico no sentido mais estrito da palavra: um trabalho para ser lido e avaliado, abstraindo-se de qualquer consideração sobre suas possíveis raízes ou impacto na situação política e ideológica. Além disso, sua recepção foi majoritariamente favorável.

De um lado, Cohen tornou o marxismo, se não respeitável, pelo menos um oponente a ser respeitado nos círculos filosóficos e sociocientíficos anglófonos. De outro, ele supriu os marxistas menos teóricos de um suporte filosófico sério e inquestionável. Ao mesmo tempo, esclareceu muitas das objeções filosóficas feitas ao marxismo por especialistas anglo-saxões, como H. B. Acton e John Plamenatz (embora não Karl Popper, cujas objeções foram, por algum motivo, ignoradas), além de fornecer críticas incisivas a várias posições defendidas por Carl Hempel, Larry Wright, Robert Merton e outros na filosofia da ciência, na sociologia e nas ciências políticas.

Cohen, entretanto, não faz referências ao marxismo não anglófono – com exceção dos escritos de Marx e Engels. Ele confessa, porém, em seu Prefácio, que se sente “na obrigação de dizer algumas palavras” sobre sua posição frente à obra

---

5 Cf. Balibar (1977). Orig. fr.: *Sur la dictature du prolétariat*. Paris: Maspero, 1976. A versão em espanhol foi publicada sob o seguinte título: *Sobre la dictadura del proletariado* (trad. Maria Josefa Cordero; Gabriel Albiac). Mexico, DF: Siglo Veintiuno, 1977; em português de Portugal: *Sobre a ditadura do proletariado*. Lisboa: Moraes, 1977. (N. O.)

de Althusser. Foi, escreve, “o *Pour Marx* de Althusser [que] me persuadiu de que a parte mais importante da obra de Marx encontrava-se n’*O capital* e nos seus escritos preparatórios”. Mas ele se desapontara com os ensaios de Althusser em *Lire le capital*, que qualificou como vagos e evasivos. Nesse sentido, a questão que pode ser colocada – para usar os critérios de Cohen – é a seguinte: o trabalho de Althusser seria vago e evasivo por ainda não ter sido suficientemente elaborado (elucidado) ou por, como outros tipos de “marxismo continental”, não poder e nem desejar ser “elaborado”? Cohen não parece acreditar na segunda hipótese. Suspeito, ademais, que seu próprio livro, em alguns dos seus aspectos mais fundamentais, seja um tipo de resposta a Althusser. Cohen conhece o trabalho do seu rival, sendo, até onde sei, um dos poucos intelectuais anglófonos a ler *Pour Marx* e *Lire le capital* no original francês (antes que as traduções estivessem disponíveis) junto com a edição francesa completa d’*O capital* de Marx, para fins de um controle textual. É também por essas razões que não parece absurdo empreender uma confrontação entre os mais célebres dentre os recentes filósofos marxistas anglófonos e francófonos.

A escrita de Cohen é marcada por uma profunda honestidade, qualidade frequentemente ausente em muitos trabalhos marxistas. Obviamente, eu admiro isso. Mas minha admiração pelo livro deriva, em parte, mais de uma interpretação da sua natureza e dos seus efeitos, que difere daquela oferecida pelo próprio Cohen, quando ele discorre sobre seus objetivos. Ele afirma, como vimos, estar, entre outras coisas, visando à formulação de uma apresentação menos desorganizada “da” teoria originalmente elaborada por Marx. Mas seu propósito é, também, identificar exatamente o que Marx disse, em oposição ao que muitos intérpretes afirmaram que ele disse. E o resultado – de fato bem-sucedido – desse segundo empreendimento tende, na verdade, a obscurecer o êxito do primeiro objetivo. Nesse sentido, o que Cohen revela em suas cuidadosas exegeses e discussões – tenha sido ou não sua intenção – são as enormes ambivalências, lacunas e contradições na obra de Marx; enormes o bastante para tornar improvável que uma defesa razoavelmente ampla dos escritos de Marx tomados na sua totalidade possa, com efeito, ser apresentada. Obviamente, a intenção de Cohen é sempre a de revelar essas dificuldades internas em Marx. Mas, ao mesmo tempo, seu objetivo é diferente: desfazer-se delas o mais rápido possível para produzir uma defesa “menos ambígua” do marxismo. Mas minha suspeita é de que o problema se encontra em outro nível, ainda mais profundo.

Um exemplo seria a afirmação de Marx, de acordo com a interpretação de Cohen, de que a luta de classe é uma “batalha teoricamente derivativa [Inglês: *derivative*]”. O sentido no qual ele emprega o termo “derivativo [Inglês: *derivative*]” deve ser compreendido apenas no contexto de suas teses principais – o termo não significa, por exemplo, que Marx acredite que a luta de classe seja um processo secundário [Inglês: *secondary*] no sentido político.

Acredito, porém, que uma leitura diferente de Marx também seja possível aqui. Para isso, seria necessário distinguir entre i) uma teoria explicativa que ambiciona

justificar o *desenvolvimento geral* da história, e, portanto, da sua “direção”, ou seja, a “progressão” (da sociedade tribal à sociedade antiga, ao feudalismo, ao capitalismo, ao socialismo e, finalmente, ao comunismo); e ii) o que poderíamos chamar de uma teoria “especial”, que permitisse explicar transições específicas como sinais de *um certo tipo de transição* (digamos, a transição do feudalismo ao capitalismo, ou do capitalismo ao comunismo). Marx, ao que me parece, oferece a teoria geral e a teoria específica, que são mutuamente incompatíveis. Além disso, outra complicação é que ele volta e meia sugere que o conjunto de teorias especiais constitui, ao mesmo tempo, *outra* teoria geral, ou seja, uma teoria geral da luta de classes, como a anunciada nas palavras de abertura do *Manifesto comunista* (cap. I): “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes”.

Em relação à i), Cohen está correto em afirmar que Marx tentou elaborar uma explicação geral da história que depende da atribuição da primazia explicativa ao desenvolvimento das forças produtivas. Na medida em que tendeu a negar que essa tese poderia ser encontrada em Marx, Althusser errou. Mas em relação a ii), acredito que Marx estava inclinado a atribuir a primazia explicativa à luta de classe, especialmente no que se refere à análise da sociedade capitalista e das suas tendências. E, ao insistir nesse fato, Althusser acertou.

Esse mesmo fato (se é que se trata de um fato) não deveria constranger Cohen, que aceita que “para Marx a explicação *imediate* das transformações sociais mais importantes é frequentemente encontrada no embate entre classes” (Cohen, 1978, p.48). Entretanto, o que o constrangeria é a combinação dessa proposição com a demonstração de uma *incompatibilidade* entre os dois tipos de teoria, geral e específica. Certamente, na leitura de Althusser, *qualquer teoria geral* da história é especulativa e, portanto, um tipo de metafísica da história. Ele acredita que Marx demonstrou a necessidade de evitar qualquer tipo de explicação desse tipo e, particularmente, de evitar qualquer tipo de evolucionismo. Uma teoria evolucionista é uma explicação teleológica; uma teleologia exige que o *princípio* do desenvolvimento histórico esteja presente no auge ou no momento da origem do processo. A teoria de Cohen possui tal princípio nos três fatores mencionados: escassez econômica, racionalidade humana e inteligência dos homens.

Vamos agora retomar os conceitos centrais do que denominei de teoria especial do capitalismo: os conceitos de classe e luta de classes. Andrew Levine e Erik Olin Wright (1980) estão entre aqueles que têm desafiado Cohen, a partir de um ponto de vista que deposita grande ênfase em uma versão da categoria de classe, colocando em dúvida a relevância da referência que Cohen faz aos três fatores já nomeados. Entretanto, como veremos, a base dessa crítica tem um alcance menor do que a de Althusser.

Os autores sugerem que Cohen faz o que Marx condenou nos economistas políticos clássicos, embora ele igualmente tenha tentado, a saber, “construir uma teoria econômica a partir de uma noção logicamente preexistente de racionalidade

individual (instrumental) num meio de (relativa) escassez” (Levine e Wright, 1980, p.57). Levine e Wright acreditam que sua posição é, pois, fiel a (um aspecto de) Marx; no entanto, ela é equivocada, já que ignora o fato de que a “realização dos interesses humanos (no desenvolvimento das forças produtivas) pode ser bloqueada por restrições sociais”. Em outras palavras, a posição de Cohen ignora aquilo que eles denominam o problema das *capacidades de classe*, às quais eles definem como recursos organizacionais, ideológicos e materiais disponíveis às classes na luta de classe. Eles observam que muitos marxistas recentes, ao irem além do próprio Marx, questionaram a pressuposição de que o desenvolvimento das capacidades de classe automaticamente resulta do surgimento dos “interesses revolucionários”; eles também tentaram investigar os “processos sistemáticos” em ação na sociedade capitalista, que tendem a desorganizar a classe trabalhadora. Os autores concluem que um interesse racional na transformação de um sistema econômico não é, desse ponto de vista, uma condição suficiente para sua transformação. Mas, já que o desenvolvimento das forças produtivas não leva (necessariamente) ao correspondente desenvolvimento das capacidades de classe, é uma “arbitrariedade” de Cohen atribuir primazia explicativa às forças produtivas.

Consequentemente, eles se propõem a “complementar” a explicação do materialismo histórico encontrada no *Vorwort* de 1859 de Marx, central para o argumento de Cohen, com tal indagação sobre as capacidades de classe. O fato de apenas falarem de *complementar* esse texto – embora eles indiquem que essa é uma exigência mínima (Levine e Wright, 1980, p.68) – pode ser uma indicação da sua própria hesitação em abandonar certas categorias do “marxismo ortodoxo”, rejeitadas pelos marxistas althusserianos: por exemplo, a categoria de interesse racional (ou objetivo) de uma classe e a categoria de ação racional, fundamento de uma classe, concebida como um tipo de “sujeito da história”.<sup>6</sup>

Levine e Wright parecem, na verdade, aceitar o *objetivo* de Cohen como apropriado, qual seja: obter um “quadro adequado e substancial dos contornos gerais da história humana”. Eles somente discordam sobre a possibilidade de esse objetivo ter sido alcançado no seu livro. Tenho dúvidas, porém, por razões que explico a seguir, se o próprio objetivo está correto, ou se sua aceitação não conduz a muitas dificuldades adicionais inaceitáveis. Darei um primeiro exemplo: a ênfase de Levine e Wright nas categorias do “interesse racional” e da “ação racional” de uma classe é paralela, como vimos, à sua concepção instrumental das capacidades de classe, já que esta última se refere, como também vimos, aos “recursos” disponíveis de uma dada classe. No entanto, Althusser e Balibar sugeriram que o proletariado só existe como classe na medida em que

---

6 Ver, por exemplo, Althusser (1976, p.94-9); Althusser (1978b, p.94-6). O segundo ensaio foi originalmente publicado em quatro edições do jornal francês *Le Monde*, 25-28 abril, 1978 e traduzido ao inglês por Patrick Camiller, sob o título: “What Must Change in the Party”. *New Left Review*, n.109, 1978, p.19-45. (N. O.)

se encontra unido ideologicamente e de maneira organizada, unidade essa que depende da divisão da burguesia e vice-versa.<sup>7</sup> Consequentemente, do ponto de vista de Althusser, dificilmente se pode medir ou falar dos “recursos disponíveis para uma classe em luta”, como se a classe já existisse manifestadamente, mas lamentavelmente se encontrasse desprovida dos “instrumentos” organizacionais, materiais e ideológicos necessários para realizar seu interesse racional. Em que esse argumento diz respeito ao ponto de vista de Cohen?

Cohen defende, nas páginas 73-7 do seu livro, uma definição puramente estrutural de classe (portanto, implicitamente contrária à visão de Althusser e Balibar). Seu argumento é formulado a respeito da crítica ao historiador E. P. Thompson,<sup>8</sup> cujas objeções à definição estrutural Cohen demonstra serem equivocadas. Essa definição afirma que a classe pode ser definida puramente nos termos das relações de produção e, de fato, deve ser assim definida, pois a exclusão de fatores ligados a “consciência, cultura e política” é necessária para “proteger o caráter substantivo” da tese marxiana de que a posição de classe *condiciona fortemente* a consciência, a cultura e a política.

No meu modo de ver, isso não é inteiramente correto; é possível, penso, estabelecer uma diferença entre duas relações de “condicionamento”: o condicionamento da consciência *individual* e o condicionamento da ideologia de uma *classe*. Parece-me que Cohen está se referindo principalmente à primeira: o condicionamento da consciência de um indivíduo (e, além disso, do seu inconsciente) pelos chamados fatores “externos”. Esse é um dos processos estudados, à sua própria maneira, pela teoria da socialização política. No entanto, acredito que o cerne do princípio marxista importa mais à causalidade e à transformação das ideologias e das contradições dentro delas e entre elas, na sua relação com a luta de classe. Certamente, considero ser pouco esclarecedor falar sobre o condicionamento de classe da ideologia de uma classe, se a classe relevante não é identificada, independentemente da ideologia em questão. Para que tal noção fizesse algum sentido, seria necessário distinguir entre dois sentidos de “classe”. O próprio Cohen observa que Marx foi forçado a distinguir a “classe em si” (que corresponderia ao uso de Cohen) da “classe para si”, citando até mesmo o diagnóstico de Marx de que “o proletariado só pode agir como uma classe ao constituir um partido político distinto” (Cohen, 1978, p.7). Estou preparado para aceitar que a impressão que dá é

---

7 Cf. Althusser, Louis. “Reply to John Lewis”. In: Louis Althusser, *Essays in Self-Criticism*, op. cit. Esse ensaio (cuja tradução para o inglês é de Grahame Lock) foi originalmente publicado em inglês em: *Marxism Today*, 1972, p.310-8. Em francês, foi publicado sob o mesmo título, um ano depois: *Réponse à John Lewis*. Paris: François Maspero, 1973. Em português, é possível encontrá-lo em *Posições -1*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978 e *Resposta a John Lewis*. Lisboa: Editorial Estampa, 1973. (N. O.)

8 Cohen (1978, p.73-7). Thompson (1978, p.298-9) fala, entretanto, sobre o que ele considera apenas uma semelhança aparente entre sua concepção de classe e a de Althusser. O livro de Thompson foi publicado em português sob o título: *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (N. O.)

a de que uma classe trabalhadora dividida, no sentido de Cohen, pode e, de fato, deve ser chamada de classe. Nesse caso, poder-se-ia propor uma especificação terminológica, a fim de evitar a confusão: por exemplo, chamando tal classe, nesse sentido do termo, de “classe trabalhadora” e, em seguida, chamando aquilo a que estou me referindo e aquilo a que Althusser se refere – ou seja, a classe enquanto constituída por sua (tendência à) unidade política e ideológica – de “proletariado” (poder-se-ia, de maneira similar, distinguir a “classe capitalista” da “burguesia”).

As observações anteriores não querem dizer que eu considere possível uma definição estrutural “pura”. Elas apenas significam que considero que uma distinção tal como aquela já esboçada permitiria uma melhor formulação das versões da dinâmica da luta de classes sob o capitalismo, da fragmentação e da unificação das classes, e assim por diante. Ela permitiria uma melhor formulação das versões do desenvolvimento desigual das lutas de classe econômicas, políticas e ideológicas, na sua relação entre si. Além disso, poderíamos aqui evocar o argumento de Balibar no sentido de que o termo “classe” não tem o mesmo significado quando aplicado à classe trabalhadora, de um lado, e à classe capitalista, de outro (Cf. Balibar, 1974, p.188-9).<sup>9</sup> Entretanto, o significado preciso desse argumento ainda deve ser suficientemente elaborado.

A defesa feita por Cohen da primazia das forças produtivas é bastante recente (ao menos, até onde eu sei) na teoria marxista. Vem de longe a insatisfação dos marxistas com a explicação de Marx sobre a primazia causal da economia (seja qual for o modo como esse termo é interpretado), ou sobre a relação entre a “base” e a “superestrutura”. A famosa carta de Engels a Bloch de 21/22 de setembro de 1890 é uma das primeiras expressões desse mal-estar.

Em 1965, Althusser e Balibar, em *Pour Marx e Lire le capital*, produziram uma engenhosa difusão e desenvolvimento da obscura noção de Engels da “determinação em última instância (pela economia)”. *Determinação* foi diferenciada de *dominação*, de modo que a “economia” apareceu duas vezes na fórmula característica do modo de produção capitalista: agora, a estrutura do modo de produção capitalista (ou seja, suas relações de produção + as forças produtivas, em uma conjunção na qual se afirmava a primazia do primeiro termo sobre o segundo) era considerada para *determinar*, em última instância, a *dominação* da instância econômica em qualquer formação social capitalista. Isso pode parecer um pouco obscuro. A ideia principal era que, embora a economia, em certo sentido, fosse determinante em todos os tipos de sociedade, *o que* ela determina é qual “instância” – a econômica, a ideológica ou a política – é dominante em um tipo dado de sociedade. Logo, a dominação da instância econômica no capitalismo é uma característica que este não compartilha com outros tipos de sociedade. Por exemplo, a determinação pela economia resulta, na antiguidade clássica, na

---

<sup>9</sup> Tradução em português: *Cinco estudos do materialismo histórico* (trad. de Elisa Amaro Bacelar). Lisboa: Editorial Presença, 1975, 2 volumes. (N. O.)



dominação da instância política. Na Idade Média, ela resulta na dominação da instância ideológica (religiosa) (Balibar, 1970, p.217).<sup>10</sup>

Cohen abordou o problema de modo totalmente diferente. Ele propôs, na verdade, um segundo esquema – somente o segundo em muitos anos –, de fato novo e interessante, para lidar com esse problema da determinação econômica. Para ele, a “base real da sociedade” é, de fato, constituída pelo conjunto de relações de produção; e essas relações de produção compõem a assim chamada “estrutura econômica” da sociedade. Mas isso significa que *as forças produtivas não fazem parte da estrutura econômica da sociedade*; entretanto, elas gozam da *primazia explicativa* sobre as relações de produção (Cohen, 1978, p.28-9). Essa afirmação envolve, portanto, a rejeição da noção amplamente aceita de que se as forças produtivas são primordiais do ponto de vista explicativo, então elas devem fazer parte da base econômica ou do fundamento da sociedade, já que Cohen nega as consequências dessa proposição. As forças produtivas são consideradas a “base” da sociedade, apenas no sentido de que uma base pode ser um elemento externo àquilo a que serve como base (como o pedestal de uma estátua, que forma sua base, mas não é parte da estátua). Ou, em outras palavras, as forças produtivas “são, de fato, a base da economia, mas não pertencem à base econômica” – elas se encontram “abaixo” dela (Cohen, 1978, p.30). Elas “determinam fortemente a estrutura econômica, embora não façam parte dela” (Cohen, 1978, p.31).

Seu papel determinante e explicativo a esse respeito é, em seguida, elucidado por meio da referência a formas funcional-explicativas, às quais retornarei mais adiante. A vantagem da fórmula de Cohen (complementada pelas suas longas e elegantes explicações adicionais sobre o que vem a ser a determinação e a explicação no caso em questão) é que ela, ao mesmo tempo em que respeita as palavras do próprio Marx no *Vorwort* é, metodologicamente, excepcionalmente rigorosa.

Existe, apesar das diferenças, uma semelhança entre os dois esquemas mencionados anteriormente, o de Althusser/Balibar e o de Cohen, já que ambos procuram explicar o desenvolvimento histórico (transições ou revoluções) nos termos de uma *teoria geral de não correspondência* entre as forças produtivas e as relações de produção. A diferença é que em Althusser/Balibar, a primazia explicativa é conferida ao segundo termo, ao passo que em Cohen ao primeiro. Mas ambas as partes reconhecem que, enquanto tal, uma teoria geral, para ser reconhecidamente marxista, deveria exigir tal noção de não correspondência. Entretanto, em minha opinião, é justamente nesse ponto que se encontra o problema. Minhas dúvidas,

---

10 Em francês, o ensaio de Balibar aparece sob o título: “Sur les concepts fondamentaux du matérialisme historique”. In: Louis Althusser; Étienne Balibar, *Lire le capital*. II. Paris: François Maspero (Petite Collection Maspero, 31), 1968. Em espanhol: “Conceptos fundamentales del materialismo histórico”. In: Louis Althusser; Étienne Balibar, *Para leer El Capital* (trad. Martha Harnecker). 4.ed. Buenos Aires: Siglo XXI, 1970; e, finalmente, em português: “Conceitos fundamentais do materialismo histórico”. In: Louis Althusser; Étienne Balibar, *Ler O capital*. II. (trad. Nathanael C. Caixeiro). Rio de Janeiro: Zahar, 1980. (N. O.)

como já indiquei, concernem ao projeto em si. Por que se supôs que tal teoria geral fosse, de alguma maneira, possível?

Curiosamente, a versão de Althusser – rica em contradições – já continha em si as sementes da dissolução dessas contradições, bem como as de uma alternativa. O motivo é, grosso modo, o seguinte (o argumento é um pouco técnico, mas parece fazer sentido para mim): correspondência e não correspondência foram tratadas por Althusser/Balibar nos termos da “sujeição” ou “subsunção” do trabalho ao capital.<sup>11</sup> As forças produtivas, para esses autores, são constituídas pela relação da apropriação real da natureza (a produção de coisas de um modo particular). As relações de produção, por outro lado, são definidas como as relações de expropriação do produtor (por exemplo, aquelas características da exploração capitalista). Se a *correspondência* entre as relações de produção e o nível (ou tipo) das forças produtivas deve, como argumentou Balibar, ser compreendida nos termos de uma correspondência entre a sujeição real e formal do trabalho, então uma *não correspondência* pode ser compreendida como envolvendo uma falha na reprodução de ao menos uma dessas relações de sujeição (Balibar, 1970, p.303-4). Mas um tipo de falha é um candidato explicativo muito melhor do que outro, já que é improvável (para tomarmos o caso de uma suposta transição do capitalismo ao socialismo) que os trabalhadores, com seus aliados, pudessem modificar, do dia para a noite, a relação de sujeição “real” – isto é, que pudessem modificar, do dia para a noite, a estrutura das forças produtivas, o tipo e o nível das tecnologias em uso etc. Portanto, parece que a transição (revolução) deveria ser, pelo menos em um primeiro momento, mais o resultado de uma recusa ou rejeição da sujeição “formal”: isto é (em leitura livre), de uma rebelião de trabalhadores – não necessariamente motivada por qualquer ideia clara a respeito dos benefícios ou custos do socialismo – contra a assim chamada “não propriedade absoluta” dos meios de produção, em que a “propriedade” deve ser entendida no sentido de apropriação, e não em um sentido superestrutural meramente jurídico.

Portanto, indo direto ao ponto, o motor da transição encontrar-se-ia na luta de classe. Entretanto, quase não se toca aqui nas questões sobre a superioridade do socialismo em relação ao capitalismo (qualquer que seja o significado atribuído à ideia de superioridade). Há pouca margem nessa explicação para que a classe trabalhadora realize qualquer “cálculo racional” dos seus “interesses racionais”. Obviamente, tampouco tal explicação é aplicável à análise das formas sociais que não sejam as do capitalismo. Não temos nada além de uma teoria “especial”. Mas essas conclusões só foram formuladas pelos autores de *Lire le capital* posteriormente.<sup>12</sup>

Os argumentos dados se referem a comentários feitos por Cohen que ele não consideraria fundamentais para os principais temas do seu livro. Minha opinião,

---

11 Balibar (1970, p.236-7). Cf. Marx. *O capital*, v.I, Parte IV, cap. XVI. Seu termo alemão é “subsunção”.

12 Ver Althusser (1976); Balibar, “Sur la dialectique historique (quelques remarques à propos de ‘Lire le capital’)”. In: Balibar (1974).

entretanto, é que considerações críticas semelhantes se aplicam a qualquer tentativa de sustentar uma teoria geral do desenvolvimento histórico, por meio de uma explicação geral das relações de correspondência e não correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção. A posição de Cohen depende, por exemplo, de uma rejeição implícita dos argumentos de Balibar, na medida em que todas as teorias gerais como as que o livro de Cohen parece propor baseiam-se na noção de algum tipo de “definição essencial” do fenômeno econômico – ou político ou ideológico –, que preexiste ao processo da sua “definição histórica”, enquanto o significado do termo “economia” – e termos correlatos – *muda* com a transição ao capitalismo, e deve mudar novamente com qualquer transição do capitalismo ao socialismo ou ao comunismo (Balibar, 1974). Do mesmo modo, a transição do feudalismo ao capitalismo seria de um *outro tipo* (para além do seu sentido óbvio) se comparada à transição do capitalismo ao comunismo; e as duas não poderiam, conseqüentemente, ser explicadas como dois exemplos de um único tipo de contradição, a saber, a não correspondência entre as forças produtivas e as relações de produção. Mas isso significaria que uma dúvida paira sobre a legitimidade da principal questão de Cohen: *como explicar o “desenvolvimento da história”?* (pergunta à qual ele fornece a resposta: nos termos do “crescimento da força produtiva humana”).

Consideremos brevemente o instrumento utilizado por Cohen para dar conteúdo a essa resposta. O instrumento é a *explicação funcional*. A explicação funcional é, segundo sua opinião, um tipo especial de explanação causal que define um fenômeno ou evento (etc.), nos termos de sua função – grosso modo, nos termos dos seus efeitos. Devemos, de imediato, mencionar sua insistência em que as explicações funcionais não são (necessariamente) funcionalistas, já que o funcionalismo propõe a duvidosa “tese de interconexão funcional”, na medida em que “todos os elementos da vida social sustentam ou reforçam uns aos outros, bem como a sociedade como um todo”. De acordo com Cohen, os marxistas têm muitas vezes rejeitado erroneamente as explicações funcionais, em virtude de sua aversão ao funcionalismo. Entretanto, como ele corretamente aponta, antifuncionalistas como Althusser têm se utilizado de explicações funcionalistas. Althusser o faz, por exemplo, em seu famoso artigo “Ideologia e os aparelhos ideológicos do Estado”.<sup>13</sup> Citemos, agora, algumas palavras de Althusser a esse respeito. Ao

---

13 “Ideology and Ideological State Apparatuses (Notes towards an Investigation)” (extracts translated by Ben Brewster). In: Althusser (1971). Extratos desse texto foram originalmente publicados em francês sob o título: “Idéologie et appareils idéologiques d’État (Notes pour une recherche)”. *La Pensée*, n.151, 1970, p.3-38 e em *Positions*, 1964-1975. Paris: Éditions Sociales, 1976, p.67-125 [trad. port.: *Aparelhos ideológicos do Estado* (introdução e crítica de J. A. Guilhon de Albuquerque; trad. Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro). 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985]. O manuscrito original revisado e ampliado foi publicado sob o título: “La reproduction des rapports de production”. In: Louis Althusser, *Sur la reproduction* (Introduction de Jacques Bidet). Paris: PUF (coll. “Actuel Marx confrontation”), 1995, p.269-314 [trad. port.: *Sobre a reprodução* (trad. Guilherme João de Freitas Teixeira). Petrópolis: Vozes, 1999. (N. O.)

discutir sobre o que ele chama de “aparelhos educacionais do Estado”, ele descreve o modo pelo qual eles simultaneamente proveem as crianças de certos tipos de “conhecimento”, enquanto as preparam para a disciplina do mundo do trabalho, lançando, na idade apropriada, massas de crianças no mercado de trabalho. Dessa forma,

Cada massa lançada *en route* está abastecida com a ideologia que convém ao papel que ela tem que cumprir na sociedade de classes: o papel do explorado [...]; o papel do agente da exploração [...], do agente da repressão [...], ou do ideólogo profissional (Althusser, 1971, p.147).

Cada criança está abastecida, diz Althusser, da ideologia que “convém ao papel” que ela tem que desempenhar. Contudo, embora os professores sejam responsáveis por abastecer a criança com essa ideologia – funcional –, eles são, em geral, bastante inconscientes da tarefa que, por sua vez, estão executando. “Assim, eles pouco suspeitam de que a sua própria devoção contribui para a manutenção e o abastecimento de uma ideologia da escola”, de acordo com a qual a escola é, ela própria, um “ambiente natural depurado de ideologia”, e assim por diante. Mas tampouco há uma “mão visível” planejando todo o esquema. Pelo contrário: imaginar tal coisa significaria retroceder à ideia do século XVIII, segundo a qual os padres ou déspotas – nesse caso, os ministros da educação ou algo do gênero – seriam responsáveis por forjar “mentiras ideológicas” apropriadas. No entanto, a classe dominante está “na ideologia”, e não a controlando de fora.

Nesse sentido, Althusser aponta na direção de uma explicação funcional do efeito da ideologia. Mas ele nada ou pouco diz sobre os mecanismos por meio dos quais esse efeito ocorre. Trata-se de uma objeção (insuperável)? A questão geral sobre a possibilidade de que qualquer explicação funcional deva ao menos indicar onde [se pode] encontrar tal mecanismo foi, de fato, levantada como um ponto de crítica contra Cohen por John Elster (1980). Quando uma referência à função fornece um fundamento adequado para uma explicação funcional? De acordo com Elster, apenas (se for necessário, já que nesse caso é duvidoso se ainda se iria querer falar de uma explicação funcional) quando o mecanismo específico que poderia justificá-la em um dado caso é, de fato, fornecido. No entanto, diz Elster (1980, p.127), “Cohen nem mesmo procura fornecer tal mecanismo” no caso do materialismo histórico. Tampouco Althusser o faz.

De qualquer maneira, o que Cohen faz é fornecer uma justificativa para o emprego de explicações funcionais, sem a especificação do mecanismo. Não tentarei aqui tratar a questão em profundidade. Ocorre que concordo com Cohen quanto à insuficiência do argumento de Elster, já que uma “rota alternativa”, que vai de uma afirmação da consequência a uma explicação funcional, pode estar disponível na forma do fornecimento de provas que estabeleceriam um padrão

geral de confirmação, mesmo que haja pouca ou nenhuma pista do mecanismo (ou elaboração) relevante. Nas palavras de Cohen (1980, p.132), “podemos estar seguros de que *a* causou *b* num dado contexto, em virtude de casos paralelos em outros contextos, mesmo que não saibamos *como a* causou *b*. Entretanto, resta ainda saber se explicações marxistas detalhadas e convincentes desse tipo podem ser dadas na prática”.

A esse respeito, Cohen sugere, então, que o materialismo histórico pode estar “em seu estágio lamarckiano (pré-darwiniano)”. Com isso, ele quer dizer que Lamarck, que escreveu uma explicação funcional da biologia evolutiva, tinha boas razões – de uma perspectiva científica – para acreditar nesse tipo de explicação, mesmo que sua elaboração do mecanismo relevante estivesse – como se descobriria mais tarde – errada. (Foi Darwin, obviamente, quem forneceu a verdadeira elaboração na forma da teoria da variação aleatória e da seleção natural.) Afirmar que o marxismo pode estar em sua fase lamarckiana significa sugerir que os marxistas *sabem* certas verdades sobre a sociedade, mesmo que eles ainda não sejam capazes de fornecer argumentos acerca dos mecanismos explicativos relevantes.

A título de exemplo: para Cohen, os marxistas são, frequente e injustamente, acusados de apresentarem uma teoria conspirativa da história demonstravelmente falsa, quando argumentam, por exemplo, que “‘não é um acaso que’ os comentaristas de esquerda recebam pouco espaço nos jornais [...] mais importantes”, e assim por diante. Injustamente, porque tal argumento pode fazer parte de uma história geral funcional-explicativa, na qual tal mecanismo funcional conspirativo não é pressuposto. Tal conspiração pode, de fato, existir – e Cohen pensa com frequência que ela existe. Mas, para demonstrar a existência de uma conspiração, dever-se-ia providenciar a elaboração daquilo que, por enquanto, é apenas um argumento funcional-explicativo. O argumento de Cohen é que este último pode ser válido sem maiores circunlóquios. Além do mais, é verdade que “as classes dominantes estão bem posicionadas para propagar as ideologias conforme seus interesses”. Só que uma ideologia deve ser constituída antes de ser propagada.

Nesse sentido, existem em Marx traços de um mecanismo darwiniano, uma noção de que sistemas de pensamento são produzidos numa relativa independência das restrições sociais, mas que persistem e adquirem vida social, seguindo um processo de filtração que seleciona aqueles mais bem adaptados para o serviço ideológico [...] Existe um tipo de “combinatória ideológica”, que produz elementos em diferentes configurações, conforme as exigências sociais mudem. (Cohen, 1978, p.289-91).

Se o marxismo realmente se encontra em um estágio “lamarckiano”, quais tipos de elaborações de mecanismos ele poderia procurar com o objetivo de complementar suas explicações funcionais? Dentre as várias possibilidades, Cohen aponta quatro: 1) mecanismos intencionais (por exemplo, uma decisão consciente

do governo de forçar os trabalhadores a aceitarem cortes de salários, por meio da criação deliberada de desemprego); 2) mecanismos darwinianos (por exemplo, competição entre pequenas e grandes companhias em um campo industrial onde apenas as grandes podem sobreviver); 3) mecanismos lamarckianos: evolução em virtude de novas características adquiridas – mas não tendo, necessariamente, um propósito – na história de vida de um “organismo” (por exemplo, quando a sujeição de trabalhadores à disciplina de uma fábrica possibilita as condições para a criação de uma disciplina sindical, que se transforma em uma tradição transmitida de geração para geração); 4) mecanismos de autoengano, que operam “por meio das mentes” dos participantes, mas sem seu “total conhecimento” (Cohen, 1978, p.287-9 – os exemplos são meus – G. L.). Esse último tipo de elaboração parece apresentar um interesse particular. Mas o enunciado de Cohen é controverso, na medida em que o que ele supõe ou sugere em sua formulação do “mecanismo psíquico” envolvido é algo como um conjunto de ideias inconscientes que as pessoas em questão deliberadamente (mas também inconscientemente?) rejeitam. Presumo que é por isso que ele emprega o termo “autoengano”. Na minha opinião, talvez fosse melhor insistir no princípio da impossibilidade de qualquer tipo presumido de autoconhecimento, em vez de, como na sua interpretação, supor que ele exista, mas que esteja ocultado dos próprios agentes.

Todas essas questões também têm conotações políticas, em relação às quais a posição de Althusser não poderia deixá-lo indiferente. Primeiramente, o breve esquema de Cohen *poderia* ser utilizado em favor de um princípio kautskyiano de vanguardismo científico, sendo os líderes legítimos da classe trabalhadora aqueles que, não iludidos nem pela “propaganda burguesa”, nem por eles próprios (e essas duas condições provavelmente estariam associadas à maioria das descrições desse tipo), poderiam, portanto, ser considerados prontos para “dirigir” a classe – e para quando a revolução tornar-se-ia possível, isto é, quando as forças produtivas estivessem suficientemente desenvolvidas para permitir que ela ocorresse e fosse bem-sucedida, sem regredir a uma forma social anterior (Cohen, 1978, p.206). Althusser, com certeza, é conhecido por sua oposição a essa versão do marxismo, que é, aliás, diferente da doutrina de Lênin.

Em segundo lugar, há toda uma tradição do movimento trabalhista marxista que, de fato, fez referências específicas, não apenas às explicações funcionais como um instrumento importante, mas também a Lamarck e a Darwin. Cohen não trata dessa tradição. Mas ela foi examinada por autores franceses, alguns com espírito mais ou menos althusseriano.<sup>14</sup> Trata-se de um tópico fascinante por seu próprio mérito, cujo estudo poderia iluminar não apenas a linha de demarcação entre elaborações legítimas ou ilegítimas aplicadas no interior do marxismo, mas também as possíveis consequências da extensão das explicações funcionais às relações gerais entre forças produtivas e relações de produção – ou seja, sobre as

---

14 Ver, por exemplo, o capítulo 3 de Paquot (1980).

possíveis consequências da “tese da primazia” do próprio Cohen, que é o ponto no qual, como já sugeri, a oposição entre a sua posição e a de Althusser é mais nítida.

A noção de que se poderia escrever uma história autônoma do desenvolvimento das forças produtivas, que é o que o projeto de Cohen reclama, é problemática – e isso também é levado em consideração por Althusser. Sabe-se – por exemplo, a partir de sua *Resposta a John Lewis* – que Althusser até mesmo considerou que o estalinismo (ou, mais exatamente, o que ele chamava de “o desvio de Stalin”) era, se não o resultado, pelo menos uma expressão de um marxismo perverso, no qual a ideia da “primazia das forças produtivas” foi aplicada na prática. A teoria da luta de classe, também afirmou, foi expulsa (oficialmente na década de 1930) do centro da teoria estaliniana para ser substituída por um princípio central da primazia das forças produtivas, cujo desenvolvimento foi tratado como um critério para o avanço bem-sucedido do socialismo. Essa é uma das razões pelas quais o “estalinismo” é considerado um tipo de “vingança póstuma da Segunda Internacional”, ou seja, do kautskyismo e seus semelhantes. A expulsão da categoria da luta de classes – exceto como uma legitimação ideológica da política aplicada após esse acontecimento – significava que o marxismo estalinista tinha se transformado em um humanismo, embora cruel. Nesse ponto, encontramos um emprego especial por Althusser da ideia de uma relação entre as ideologias do economicismo e do humanismo: o *slogan* do período de Stalin, ele aponta, era “homem, o capital mais precioso”.

A oposição entre Cohen e Althusser sobre a questão da “tese da primazia” obviamente também gira em torno de uma diferença nas suas respectivas concepções das forças produtivas. Na visão de Cohen elas simplesmente “não são relações”. Na de Althusser/Balibar, elas são um tipo de relação de produção: “uma conexão [...] da ‘apropriação real’ entre [...] os elementos: meios de produção, produtores diretos, [...] [e] não assalariados” (Althusser e Balibar, 1970, p.235). Essa posição está associada à sua distinção (implícita) entre a apropriação “real” e “formal” (da natureza, dos meios de produção etc.), distinção essa que, por sua vez, está associada ao seu tratamento da sujeição “real” e “formal” do trabalhador, que já discutimos.

De acordo com Althusser e Balibar, portanto, as forças produtivas são relações de apropriação real, ou, como eles às vezes propõem, relações sociais “técnicas” de produção. O que eles sugerem com essa terminologia é que as forças produtivas não são (mesmo se às vezes Marx fale desse modo) um conjunto de coisas como máquinas, conhecimento científico e tecnológico, força de trabalho mais ou menos especializada e assim por diante. Balibar de fato escreve que tal concepção da forças produtivas conduziria a todos os tipos de ideias falsas:

Ela sugere que o “avanço” da forças produtivas pode tomar a forma de um progresso acumulativo, uma adição de novas forças produtivas ou uma substituição

de algumas delas por outras mais “poderosas” [...] Isso leva a uma interpretação do “nível” ou “grau de desenvolvimento” das forças produtivas tão mais tentadora que ela parece contida nas próprias palavras: um desenvolvimento linear e acumulativo, de uma continuidade quase biológica.<sup>15</sup>

Nesse ponto, portanto, a metáfora biológica é repudiada. Ainda mais importante para nosso presente propósito é o fato de que essa explicação parece ser diametralmente oposta à de Cohen. A definição de Althusser/Balibar é histórica em um sentido diferente daquela de Cohen: está sustentada pela introdução teórica das forças produtivas em um modo de produção particular e, portanto – em sociedades de classe –, de exploração. Por conseguinte, se as forças produtivas são, de fato, definidas em tais termos, então sua definição mudará com uma transformação nas relações sociais (não técnicas) de produção (assim como a definição de “poder produtivo”). O fato de que os *meios de produção* (especialmente os instrumentos de produção<sup>16</sup>) ainda podem ser identificados como objetos separados, ou seja, separados da relação que constitui a força produtiva nas quais eles estão integrados – o que é óbvio – não significa que se possa escrever uma história separada do seu desenvolvimento autônomo, nos termos, digamos, do “crescimento do conhecimento sobre como controlar e transformar a natureza” ou algo semelhante. Acreditar na possibilidade de tal história é, como afirmei anteriormente,<sup>17</sup> repetir um erro presente em Marx e desenvolvido por Engels, de acordo com o qual a história humana demonstra (como já acreditavam os *philosophes* do século XVIII) a extensão progressiva do domínio do homem – em sua generalidade – sobre a natureza. Essa concepção tende – em qualquer consideração sobre o futuro ou destino do capitalismo – a reduzir o papel explicativo da luta de classe, em toda sua complexidade, à determinação dos eventos, bem como a interpretar a chamada “transição necessária” ao socialismo apenas como mais uma expressão de uma dialética histórica – e metafísica – subjacente.

Para ilustrar meu argumento, devo me deslocar, por um momento, para um nível mais concreto. Cohen é fiel a Marx (isso deve ser dito) ao considerar os instrumentos de produção como força produtiva: pelo menos ele é fiel a certos textos de Marx. Sua tese do desenvolvimento exige que sejamos capazes de providenciar uma história autônoma do desenvolvimento de tais instrumentos. Assim, por exemplo, ele diz, é possível que em uma sociedade cuja cultura privilegia profundamente a navegação individual, uma canoa possa, contudo, ser inventada; esta, sendo longa, é mais bem operada por dois homens. Tal inovação não *requer* uma mudança nas relações de trabalho, já que as novas canoas podem,

---

15 Balibar (1970, p.234). Essa passagem deve ser lida no seu contexto para que se aprecie a amplitude do argumento.

16 Cf. Cohen (1978, p.32; 37-50).

17 Cf. Lock (1981).



simplesmente, ser operadas de forma ineficaz. Mas “devemos esperar [...] uma transição para a canoa de duas pessoas” porque “é algo racional [...] e o homem é, em alguma medida, racional” (Cohen, 1978, p.168-9). De um ponto de vista lógico, esse relato é certamente satisfatório. A invenção de uma canoa tecnologicamente superior não leva necessariamente à invenção ou introdução daquele emprego que a torna superior na prática. Qualquer um pode ter consciência da sua superioridade tecnológica e, mesmo assim, recusá-la ou, de outro modo, não saber explorá-la (embora Cohen sugira que eles não tenderão a isso). Entretanto, parece-me empiricamente verdadeiro que a esmagadora maioria das inovações tecnológicas foi e é introduzida *com algum tipo de aplicação em mente*; e esse fato não é “acidental”, mas tem a ver com a natureza da divisão de trabalho sob o capitalismo, entre tarefas de planejamento e execução. Em segundo lugar, parece-me, ademais, empiricamente verdadeiro que tais inovações-em-uso não podem ser explicadas por meio de uma racionalidade humana abstrata, mas apenas nos termos da “racionalidade” específica do sistema capitalista, que inclui a necessidade de manter controle sobre a classe trabalhadora. Uma inovação pode, de fato, ser introduzida simplesmente por esse último motivo e não (apenas) porque ela é mais eficiente. É verdade que tal explicação obviamente remete a um problema diferente daquele que é central no livro de Cohen. Mesmo assim, é relevante para o modo no qual tal problema pode ser legitimamente formulado.

O tipo de argumento que esbocei, em sua formulação althusseriana, pode ser apresentado de outras maneiras, as quais não são especificamente marxistas, e muito menos althusserianas. De um modo ou de outro, ele se tornou um lugar comum da sociologia industrial. O Instituto Tavistock de Relações Humanas, por exemplo, tem se dedicado aos problemas de concepção de uma tecnologia para adaptar sistemas de organização do trabalho a padrões de comportamento no trabalho. Nesse campo, seus pesquisadores introduziram a noção de sistema *sociotécnico*. Foi descoberto – falando de maneira genérica – que não apenas a extensão, mas também o tipo de inovação tecnológica possível em qualquer empresa dependia, em grande medida, de fatores “comportamentais” e “psicológicos” (ou, o que se poderia chamar de fatores sociopolíticos e ideológicos).<sup>18</sup> Na terminologia marxista: o estado da luta de classes tem um papel na determinação, não apenas do *grau* de racionalização tecnológica que é viável (por exemplo, se houver forte resistência dos operários à introdução de máquinas etc.), mas também do curso *qualitativo* da mudança tecnológica. Consequentemente, seria impossível simplesmente medir o alcance do aperfeiçoamento dos instrumentos de produção ou das forças produtivas, bem como seu emprego eficiente ou não em termos quantitativos, ou estabelecer, desse modo, que o capitalismo não mais desenvolve as forças produtivas de um ponto de vista racional *optimum*, no sentido de Cohen. Além disso, mesmo se, como ele afirma, o capitalismo não fosse

---

18 Cf. Rose, 1978, parte IV.

necessariamente orientado para a produção, isso não significa que um regime pós-capitalista poderia resolver o problema simplesmente por meio do planejamento de um maior equilíbrio entre o trabalho e o lazer, já que isso poderia deixar intacto o conjunto existente de “sistemas sociotécnicos” ou, em outras palavras, o que se pode denominar de “tecnologia capitalista”.

O que o capitalismo exige é tanto i) a maximização dos lucros ou algo do tipo e ii) a reprodução das condições necessárias para a criação de lucro, ou seja, para a reprodução do próprio sistema. Ora, i) muitas vezes pode ser auxiliado (mas nem sempre) pela introdução de instrumentos de produção “mais eficientes”; de qualquer modo, a empresa capitalista individual frequentemente inovará racionalmente com esse objetivo em mente. Mas ii) pode, contudo, exigir que os instrumentos de produção mais eficientes ainda não sejam introduzidos. As crescentes tendências intervencionistas do Estado (que persistem mesmo nessa época de neoliberalismo) podem ser interpretadas como, em parte, um modo de assegurar ii), quando a lógica do lucro para a empresa individual tenderia a miná-lo.

Essa explicação é compatível com a abordagem de Cohen, que considera o argumento de que o homem racional – desde que não seja um capitalista ou um laçao capitalista – optará pelo socialismo que, em contraste com o capitalismo, permite que uma “alternativa mais eficiente” seja escolhida? Não, e por pelo menos duas razões:

- 1) Para que a classe trabalhadora seja capaz de superar a divisão capitalista do trabalho, pode ser necessário que as opções *menos eficientes* sejam adotadas por um longo e indeterminado período, o que não quer dizer que todos os trabalhadores possam esperar ser beneficiados por essa mudança em termos “puramente” materiais (isso não significa que apenas uns poucos terão tais esperanças, ou que uma esperança generalizada desse tipo não possa ter um papel importante em um processo de mudança revolucionária).
- 2) Nenhuma transição para o socialismo pode, de qualquer modo, ser explicada em termos daquilo que é “desejado racionalmente”, de acordo com os interesses objetivos e racionais da classe trabalhadora. Tais transições não são, de qualquer maneira, na opinião de Althusser, questões de escolha e, *a fortiori*, questões de escolha racional. Foi sugerida anteriormente uma razão para isso: um levante revolucionário é, provavelmente (se ele ocorre em alguma medida), o resultado de uma rejeição pelos trabalhadores (etc.) de sua sujeição “formal” ao capital – ou seja, um tipo de rebelião parcialmente cega, canalizada, obviamente (essa é a posição leninista ortodoxa) por um partido de vanguarda. Além disso, há outra consideração: a divisão da população ativa. Se é verdade que o capitalismo avançado está exacerbando a divisão técnica e social do trabalho, estabelecendo novas e agravadoras formas de hierarquia e divisão nos seus processos industriais e tecnológicos, então é difícil vislumbrar a possibilidade de localizar o princípio político-ideológico da revolução e da transição ao socialismo em ideias tais como o simples desejo (dos trabalhadores) – como

Cohen expressa – de atingir uma “suficiência [de bens] produzidos com um mínimo de esforço desagradável” (Cohen, 1978, p.307).

Um dos pontos altos da insistência de Marx (em sua *Crítica do programa de Gotha*) na distinção entre o “primeiro” estágio e os estágios “avançados” da sociedade comunista é enfatizar que, no primeiro estágio, “a subordinação escravizante do indivíduo à divisão do trabalho” e a “antítese entre o trabalho físico e mental” persistem. E não deveríamos esperar que essas desigualdades levassem a conflitos, em particular até mesmo nas questões econômicas, de modo que as “decisões” sobre política e política econômica não seriam (meras) questões de “escolha coletiva”, mas antes o resultado de lutas complexas, de lutas efetivamente de classe? Sem dúvida, ainda poderíamos alegar que uma das características das sociedades socialistas é que, nelas, o planejamento deveria ser mais fácil, já que parte da anarquia do mercado capitalista foi abolida. Mas o mercado não está inteiramente abolido (por exemplo, o mercado da força de trabalho ainda funciona parcialmente). E o que o “planejamento” no socialismo pode significar é o registro e regulação legais de relações de valor que, no capitalismo (ocidental), encontram seu próprio nível, em vez da abolição de tais relações de valor capitalistas (pode-se comparar essa situação, *mutatis mutandis*, com a diferença entre as taxas de câmbio flutuantes e fixas). Logo, o advento ou manutenção do socialismo não pode ser reduzido a uma questão de escolha racional. Tampouco pode-se afirmar que o socialismo, em contraste com o capitalismo, permite que as opções tecnológicas mais eficientes sejam feitas – pelo menos, nada desse tipo pode ser dito como um princípio preestabelecido. Concluo que a explicação althusseriana, esboçada anteriormente, sobre a dupla “lógica do capitalismo” (que exige a maximização dos lucros, mas sob a restrição da necessidade de garantir a reprodução do sistema capitalista como um todo) é incompatível com a descrição de Cohen do papel da escolha racional na transição ao socialismo. E as afirmações relacionadas sobre o conflito e a luta de classes no socialismo entram em confronto com o quadro que ele apresenta do lugar da escolha racional na sociedade socialista.

O livro de Cohen, que subjetivamente se situa quase completamente fora da crise do marxismo, à qual me referi antes, está, na verdade, inteiramente dentro dela. Ao contrário do trabalho de Althusser, ele parece estar fora da teoria, assim como da história política. Ele faz abstração das condições da produção das ideias de Marx, bem como das suas origens na ideologia científica contemporânea, ignorando também as condições de produção de seu próprio trabalho e de suas relações com seu contexto ideológico. Entretanto, justamente por não fazer referência a Kautsky ou Bernstein, a Lênin, Stalin ou Mao; aos movimentos trabalhistas britânico, norte-americano, canadense, francês, alemão, tcheco, polonês ou de qualquer outra nacionalidade; justamente por não fazer menção à Revolução Cultural Chinesa e seu enorme impacto sobre o marxismo ocidental – e, dentre outros, sobre Althusser; precisamente por essas razões, o livro de Cohen é uma expressão exemplar da crise, que “não ousa mencionar seu nome”, ou, ao menos

até recentemente, não ousava. Diante da crise, Cohen simplesmente retornou aos primeiros princípios.

Procurei indicar neste artigo alguns dos pontos de conflito entre Cohen e Althusser. A ideia de um retorno à ortodoxia é, neste contexto, uma ideia interessante, pois ambos os autores, cada um a seu modo, esforçaram-se por efetuar tal retorno, como os títulos dos seus livros indicam. Entretanto, raramente suas obras foram comparadas e contrastadas. Uma exceção a esse respeito é uma resenha do livro de Cohen feita por uma amiga e discípula de Althusser, Dominique Lecourt (1983). Lecourt escreve, em particular, que a obra de Cohen é “um daqueles raros livros sobre Marx, cuja grandeza reside na tentativa de forçar o leitor a repensar toda a estrutura do marxismo desde os seus fundamentos filosóficos, mesmo que ele chegue a conclusões diametralmente opostas àquelas que o autor propõe”. Lecourt chega a admitir que “uma vez que se tenha lido o livro de Cohen, somos levados a admitir que tal concepção de história como um todo [aquela que ele atribui a Marx] realmente dominou em todo o pensamento de Marx”. A questão é, porém, se não existe outra linha de pensamento em Marx – por exemplo, a que Althusser diz ter encontrado e sobre a qual elaborou seu pensamento.

Neste ensaio, também sugeri que as respostas de Cohen a algumas questões centrais do marxismo, e mesmo sua formulação de algumas das questões, são problemáticas. Mas a impressão de modo geral crítica que devo ter dado não deveria esconder minha admiração e, às vezes, espanto em relação às delicadas, porém intensas complexidades do desenvolvimento textual do seu livro, bem como pelo cuidado e minúcia da exegese que contrastam cruamente com a fraqueza de muitos marxistas “continentais”. No entanto, não penso que essas últimas observações se apliquem a Althusser, por motivos que já devem ter se tornado óbvios anteriormente. De fato, seus escritos possuem, igualmente, muitas ideias engenhosas que, se desenvolvidas, colocariam as ideias de Cohen sob grande pressão. Tentei apresentar algumas delas, embora o trabalho de Althusser contenha, obviamente, muitas outras.

*Karl Marx's Theory of History* fez de Cohen o principal filósofo marxista do mundo anglo-saxão. As obras de Althusser, em minha opinião, puseram-no em uma posição similar na França. Além disso, Althusser anunciou a crise do marxismo, e esse é um dos seus méritos. Cohen, por sua vez, contribuiu tacitamente para o curso dessa crise, já que, como disse Isaiah Berlin, a elucidação pode expor os defeitos de uma teoria. E é isso que Cohen levou a cabo, ao menos para uma versão do marxismo. A questão agora é saber se a crise será resolvida pela superação ou pela morte. Mas essa é outra história – ou como Althusser provavelmente diria, uma outra “histoire terminée, histoire interminable”.

### **Referências bibliográficas**

ALTHUSSER, Louis; BALIBAR, Étienne. *Reading Capital*. London: New Left Books, 1970.

- ALTHUSSER, Louis. *Lenin and Philosophy and Other Essays*. London: New Left Books, 1971.
- . *Essays in Self-Criticism*. Londres: New Left Books, 1976.
- . The Crises of Marxism. *Marxism Today*, 1978a.
- . *Ce qui ne peut plus durer dans le parti communiste*. Paris: Maspero, 1978b.
- BALIBAR, Étienne. The Basic Concepts of Historical Materialism. In: Louis Althusser; Étienne Balibar, *Reading Capital*. Londres: New Left Books, 1970.
- . *Cinq études de matérialisme historique*. Paris: Maspero, 1974.
- . *On the Dictatorship of Proletariat*. Londres: New Left Books, 1977.
- COHEN, Gerald. *Karl Marx's Theory of History: a Defense*. Oxford: Oxford University Press, 1978.
- . Reconsidering Historical Materialism. *Nomos*, XXI, 1983.
- . Functional Explanation: Reply to Elster. *Political Studies*, n.1, 1980, p.483-95.
- ELSTER, John. Cohen on Marx's Theory of History. *Political Studies*, n.1, 1980, p.121-8.
- LECOURT, Dominique. Comment "défendre Le matérialisme historique". *Revue Philosophique*, n.2, 1983, p.245-55.
- LEVINE, Andrew; WRIGHT, Eric Olin. Rationality and Class Struggle. *New Left Review*, n.123, 1980, p.47-68.
- LOCK, Grahame. *The State and I: Hypotheses on Juridical and Technocratic Humanism*. Haia/Leiden: Martinus Nijhoff/Brill, 1981.
- PAQUOT, Thierry. *Les faiseurs de nuages*. Essai sur la genèse des marxismes français (1880-1914). Paris: Le Sycomore, 1980.
- THOMPSON, E. P. *The Poverty of Theory*. Londres: Merlin Press, 1978.



# Forças produtivas e forças de transformação: uma resenha de *Karl Marx's Theory of History: a Defense*, de Gerald A. Cohen

RICHARD W. MILLER

*Resumo:* O presente artigo constitui uma resenha crítica da obra *Karl Marx's Theory of History* (KMTH), de Gerald A. Cohen. A partir da apresentação e da problematização da noção de determinismo tecnológico presente em KMTH e alhures, são discutidas as principais teses formuladas por Cohen, principalmente aquela da primazia explicativa das forças produtivas. Em seguida, procura-se demonstrar as diferenças existentes entre a interpretação de Cohen do materialismo histórico e os escritos de Marx. Por fim, é apresentada uma interpretação do materialismo histórico alternativa àquela proposta por Cohen. Defende-se que essa interpretação alternativa é materialista – e não tecnológico-determinista –, na medida em que concede primazia aos processos pelos quais os bens materiais são produzidos.

*Palavras-chave:* determinismo tecnológico, materialismo histórico.

*Abstract:* The present article is a critical review of the work *Karl Marx's Theory of History* (KMTH), by Gerald A. Cohen. From the presentation and the problematization of the notion of technological determinism present in KMTH and elsewhere, the principal theses formulated by Cohen are discussed, principally the idea that prioritizes the explanation of productive forces. The article then attempts to demonstrate the differences between the interpretation of Cohen's historical materialism and Marx's writings. Finally, we present an alternative interpretation of historical materialism to that proposed by Cohen. The author defends that this alternative interpretation is materialist, and not technological-deterministic, in that it prioritizes the processes through which material goods are produced.

*Keywords:* technological determinism, historical materialism.

## Louis Althusser e G. A. Cohen: uma confrontação

GRAHAME LOCK

*Resumo:* Este artigo compara o trabalho de dois dos mais importantes filósofos marxistas das últimas décadas: o anglo-saxão G. A. Cohen e o francês Louis Althusser. Para tanto,

desenvolve uma crítica a algumas das teses de Cohen, do ponto de vista das ideias presentes na obra de Althusser. Mas, também, problematiza certas pressuposições comuns ao trabalho de ambos – em especial, a noção de que o desenvolvimento (transição ou revolução) histórico deveria ser explicado em termos de alguma teoria geral de não correspondência entre forças produtivas e relações de produção. A única diferença entre ambos seria o fato de que, no interior desse esquema, Althusser confere primazia explicativa ao segundo termo e Cohen, ao primeiro. As teorias de Cohen e Althusser sobre a inovação e o desenvolvimento tecnológicos também são comparadas em relação ao lugar contrastante que eles atribuem à racionalidade humana, por um lado, e à luta de classe, por outro.

*Palavras-chave:* desenvolvimento histórico, forças produtivas, relações de produção.

*Abstract:* This article compares the work of two of the more important Marxists philosophers of the last decades: G. A. Cohen and Louis Althusser. To do so it develops a critique of some of Cohen's thesis based on Althusser's ideas. It also renders problematic certain presuppositions present in both authors, especially the notion that historical development (transition or revolution) must be explained in terms of a general theory of the non-correspondence between productive forces and production relations. The unique difference between them would be the fact that Althusser assigns explicative primacy to the latter, while Cohen attributes it to the former. The theories of Cohen and Althusser concerning innovation and technological development are also compared in reference to the different role each one ascribes to human rationality and class struggle.

*Keywords:* historical development, productive forces, production relations.